

## **Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia da Golegã**

Aos trinta dias do mês de março do ano de dois mil e dezanove, nesta vila da Golegã, na Rua João de Deus, número noventa e sete, reuniram em Assembleia Geral, os Irmãos desta Santa Casa da Misericórdia da Golegã, conforme Convocatória expressamente distribuída para esse efeito, nos termos do disposto na alínea a), do número dois, do artigo vigésimo segundo, do Compromisso, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

**Ponto I** – Ata da Assembleia Geral anterior – *aprovação*;-----

**Ponto II** – Informações – *tomada de conhecimento*;-----

**Ponto III** – Relatório e Contas do exercício de 2018 – *apreciação, discussão e aprovação*;-----

**Ponto IV** – Alienação de Bens Imóveis – *apreciação e deliberação*;-----

**Ponto V** – Eleição da Mesa Administrativa (para completar o mandato social, i.e., até Dez./2019) – *votação*; -----

**Ponto VI** – Outros Assuntos -----

Aberta a sessão pelas vinte horas e trinta minutos, só veio a funcionar meia hora depois, em virtude de não estar presente a maioria legal dos irmãos inscritos, conforme determina o número um do artigo vigésimo quarto do Compromisso. -----

A Mesa da Assembleia geral foi constituída pelo Presidente, Sr. José António Godinho Lopes, pelo Vice-Presidente, Sr. Jaime Manuel Gonçalves Rosa e pelo Secretário, Sr. José António Lopes Tó. -----

De seguida, foi efectuada a chamada, tendo-se verificado a presença dos seguintes 27 Irmãos:

Alda Maria Margarido Barradas, António Antunes Bento, António Carlos Costa Camilo, António Duarte Brogueira Barreto, António Manuel Rosa Rodrigues, António Manuel Alves Sousa Riachos, António Silva Lopes, Carlos Manuel Agria Santos, Conceição Água Rodrigues Alves, Fernando Rodrigues Alves, Filipe Miguel Dias Benvindo, Franklin Alves Custódio, Henrique Manuel António Cardoso, Jaime Manuel Gonçalves Rosa, Joaquim Grácio Morgado, Joaquim Jesus Sousa, Joaquim Jorge Azevedo Maria, Joaquim Passas Vicente Covão, José António Godinho Lopes, José António Lopes Tó, Luís Filipe Poço Godinho, Manuel Albino Água Rodrigues Félix, Maria Isabel Sardinha Rodrigues, Maria Silva Lopes, Olga Isabel Santana Costa, Patrício Mendes Sustância e Samuel Morgado Barradas. -----

Esteve também presente o Dr. António Fernando Galinha, Contabilista Certificado da Santa Casa.-----

De seguida, o Sr. Presidente da Mesa Assembleia Geral deu início à reunião, seguindo a ordem de trabalhos: -----

**Ponto I – Ata da Assembleia Geral anterior – aprovação;-----**

Depois de lida, a ata foi aprovada por unanimidade pelos Irmãos presentes na citada reunião.-----

**Ponto II – Informações – tomada de conhecimento;-----**

Na última Assembleia Geral, de 29/11/2018, foi questionada a legitimidade do Conselho Fiscal para emitir o competente parecer sobre o orçamento e plano de atividades para 2019, por via da demissão do seu Presidente. O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Geral prestou os seguintes esclarecimentos:-----

1 - Nos termos do disposto no N.º2 do Artigo 30º do Compromisso, “*O Conselho Fiscal é composto por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário.*”-----

2 – Sobre o funcionamento do Órgão, mais concretamente em relação às deliberações, elas (...) “*serão tomadas tendo em conta o disposto no artigo 19.º do Compromisso, tendo o Presidente direito a voto de qualidade, em caso de empate na votação.*”, segundo o N.º2 do Artigo 32º.-----

3 – Nos termos do disposto no N.º1 do Artigo 19º “(...) o Conselho Fiscal só pode deliberar com a presença da maioria dos seus titulares”, estando ainda referido no N.º2 do mesmo Artigo que “*Quando o Compromisso (...) não exija maioria qualificada, as deliberações dos Órgãos Sociais são tomadas por maioria dos votos dos presentes.*”-----

4 – Ainda sobre a demissão do Sr. Presidente do Conselho Fiscal, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Geral reportou para o disposto no N.º2 do Artigo 14º, onde consta “*Os titulares dos órgãos mantêm-se em funções até à posse dos novos titulares.*”-----

Face ao exposto e considerando que à data da deliberação do Conselho Fiscal, ainda não tinha tomado posse o novo titular; considerando ainda que o Conselho Fiscal deliberou com a presença da maioria dos seus membros; considerando igualmente que o Compromisso não exige maioria qualificada para as deliberações do Conselho Fiscal, considera, salvo melhor opinião, não existirem razões para colocar em causa o parecer sobre o Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2019.-----

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Geral perguntou se os membros da Assembleia teriam algo a acrescentar, a questionar ou a reclamar sobre o esclarecimento prestado, verificando-se que não houve nenhuma intervenção. O Sr. Presidente da Mesa deu assim como concluído o ponto II.

**Ponto III – Relatório e Contas do exercício de 2018 – *apreciação, discussão e aprovação*;-----**

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Geral passou a palavra à Mesa Administrativa, que fez, através do seu Tesoureiro, Sr. Henrique Cardoso, a apresentação dos documentos de prestação de contas relativo ao exercício do ano de dois mil e dezoito. -----

A Mesa Administrativa solicitou autorização ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral para dar a palavra ao Contabilista Certificado da Santa Casa, que aditou às informações prestadas outras, que considerou relevantes.

Após a apreciação e discussão do Relatório e Contas, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral colocou o ponto à votação, tendo sido apurados os seguintes resultados: a) 0 votos contra; b) 1 abstenção; c) 26 votos a favor, tendo os documentos presentes à Assembleia Geral sido aprovados por maioria. -----

Da deliberação deste ponto foi aprovado o extrato da ata, para envio ao Bispo Diocesano, nos termos do compromisso, extrato esse aprovado por unanimidade.-----

**Ponto IV – Alienação de Bens Imóveis – *apreciação e deliberação*;-----**

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Geral passou a palavra à Mesa Administrativa, que explicou, através do Sr. António Manuel Rosa Rodrigues, Vogal, a necessidade de alienar o imóvel registado na matriz com o artigo nº50, sito na Rua Hilário José Barreiros nº27, freguesia de Pombalinho concelho da Golegã, prestando todos os esclarecimentos necessários, bem como os seus fundamentos.-----

Após a apreciação, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral colocou o ponto à votação, tendo sido apurados os seguintes resultados: a) 0 votos contra; b) 0 abstenções; c) 27 votos a favor, tendo assim ficado deliberado autorizar a Mesa Administrativa a alienar o imóvel antes identificado. -----

Da deliberação deste ponto foi aprovado o extrato da ata, para envio ao Bispo Diocesano, nos termos do compromisso, extrato esse aprovado por unanimidade.-----

**Ponto V – Eleição da Mesa Administrativa (para completar o mandato social, i.e., até Dez./2019);-----**

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Geral, antes do ato eleitoral, prestou alguns esclarecimentos entendidos como relevantes, sobre a necessidade desta eleição intercalar, bem como dos documentos de suporte que conduziram a este procedimento, nomeadamente os emanados do assessor jurídico da Santa Casa, Dr. Tiago Cargoso e bem assim do Centro Distrital da Segurança Social de Santarém.-----

Com o falecimento do Sr. Ex-Provedor e considerando que, à data, não havia sido nomeado Vice-Provedor, é opinião do Dr. Tiago Cardoso que “*Perante a inexistência do cargo de Vice-Provedor da SCMG, torna-se impossível*

*substituir o cargo de Provedor na assinatura de contratos, o que resulta na impossibilidade actual de a Instituição se obrigar validamente.”-----*

*Pode ler-se ainda no parecer técnico jurídico que “ (...) é inequívoco que o cargo de Provedor não é susceptível de ser atribuído em reunião da Mesa. Na verdade, o Provedor não deixa de ser um membro eleito da Mesa, tal como todos os mesários. Porém, é o único membro cujo cargo é atribuído pela Assembleia Geral Eleitoral.”-----*

Das conclusões do parecer, que foi colocado à disposição dos membros da Assembleia Geral para leitura, caso o pretendessem, lê-se o seguinte: “A) O cargo de Provedor só pode ser atribuído por eleição directa em Assembleia Geral, estando vedado à Mesa Administrativa nomear, ainda que a título transitório, um provedor para esse cargo; B) No caso concreto da SCMG, a Mesa Administrativa não tem condições de se obrigar validamente, perante a ausência do cargo de Vice-Provedor, sendo que apenas este poderia substituir o Provedor na assinatura de contratos ou quaisquer outros documentos. C) Apesar de existir quórum de funcionamento da Mesa Administrativa, não existe voto de qualidade para suprir uma possível situação de empate.”-----

O Senhor Presidente da Mesa explicou ainda as diligências efetuadas junto da Segurança Social, através do Centro Distrital, da UMP, junto do Dr. Cardoso Ferreira, responsável pelo seu departamento jurídico e também das efetuadas com o Sr. Presidente do Secretariado Regional da UMP, informando que houve uma grande preocupação em adotar os procedimentos corretos, de forma a não violar qualquer norma legislativa aplicável.-----

Informou ainda que, sendo possível a eleição apenas do Provedor, a Mesa Administrativa em funções, no decorrer das reuniões entre essa e o Presidente da Mesa da Assembleia na procura das soluções, entendeu que deveria ser eleito o órgão e não apenas o Provedor, na salvaguarda da sua coesão e da estabilidade. O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia informou que todos os elementos da Mesa Administrativa, apresentaram em data oportuna (em catorze de março de dois mil e dezanove) as suas renúncias ao mandato social para o qual tinham sido eleitos, de forma a viabilizar a eleição de todo o órgão. O Sr. Presidente da Mesa informou que as cartas estavam disponíveis para consulta de todos os elementos da Assembleia, para que as pudesse ler, caso entendessem necessário.-----

Por último, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, informou que das reuniões informais mantidas durante as últimas semanas, resultou que nenhum membro da atual Mesa Administrativa se disponibilizou para concorrer ao cargo de Provedor e que o mesmo teria aceite, salientando que todo o processo decorreu num clima de grande serenidade e de grande cooperação entre os membros dos diversos órgãos sociais.-----

Assim sendo e no seguimento das renúncias ao mandato social apresentadas pelos membros da Mesa Administrativa, também o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia apresentou a sua, manifestando que esse documento também estaria disponível para consulta de todos os membros, caso o entendessem.---

O Sr, António Rodrigues, Vogal da Mesa Administrativa pediu a palavra, que lhe foi concedida, para informar a Assembleia do procedimento que conduziu à apresentação da Lista a sufragar nesta sessão, informando que o irmão José António Godinho Lopes, depois de verificadas as manifestações de indisponibilidade pelos restantes membros da Mesa Administrativa para se candidatarem ao cargo de Provedor, foi convidado por esses para assumir essa responsabilidade, tendo então referido que, até ao final do mandato social, estaria disponível para exercer qualquer cargo ou função, onde fosse entendido que poderia ser útil. Explicou ainda que, verificada a indisponibilidade de todos os restantes elementos, o agora Presidente da Mesa da Assembleia foi convidado a candidatar-se ao cargo de Provedor, numa lista integrada por todos aqueles que fazem parte da atual Mesa Administrativa e que aceitou esse desafio.-----

-----  
Foi presente à Assembleia uma única lista a sufrágio, denominada por “LISTA A”. O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia esclareceu ainda que o presente ato eleitoral se destina a eleger os membros da Mesa Administrativa para conferir a estes o mandato pelo período de duração dos mandatos em vigor dos restantes órgãos sociais, ocorrendo o seu termo em simultâneo, isto é, até ao mês de dezembro de dois mil e dezanove.-----

O caderno eleitoral foi devidamente afixado, nos termos do compromisso, bem como as declarações de aceitação e o recibo comprovativo de entrega da candidatura. Foram ainda distribuídos pelos irmãos presentes os boletins de voto, todos iguais, e a eleição foi feita por voto secreto, em urna fechada e em Assembleia de voto com as devidas condições de discrição.-----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, sendo candidato a Provedor, foi substituído antes da votação pelo Sr. Vice-Presidente, Sr. Jaime Rosa, abstendo-se de intervir, direta ou indiretamente no ato eleitoral.-----

Encerrada a votação, os membros da Mesa da Assembleia Geral, procederam ao escrutínio, tendo o Sr. Vice-Presidente da Mesa da Assembleia proclamado os seguintes resultados: a) Número de votantes: 27; b) Votos Nulos:0; c) Votos em Branco: 0 d) Lista A: 27.-----

-----  
Em face dos resultados apurados, a Lista A foi eleita, para a Mesa Administrativa com a seguinte composição: José António Godinho Lopes, para Provedor e para membros efetivos, os seguintes: António Manuel Alves de Sousa Riachos, Samuel Morgado Barradas, Henrique Manuel António Cardoso, António Silva Lopes, António Manuel Rosa Rodrigues e Joaquim Grácio Morgado. Para membros suplentes, os seguintes: António Duarte Brogueira Barreto, Filipe Miguel Dias Benvindo e Luís Filipe Poço Godinho. Da deliberação deste ponto foi aprovado o extrato da ata, para envio ao Bispo Diocesano, nos termos do compromisso, extrato esse aprovado por unanimidade.-----

-----  
**Ponto VI – Outros Assuntos;** -----

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, depois de retomar as ua qualidade após a proclamação dos resultados eleitorais, colocou à consideração da Assembleia a abordagem a outros assuntos, não tendo havido qualquer intervenção:-----

-----  
O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Geral, depois de agradecer a presença dos irmãos e ao *staff* de apoio à organização da Assembleia, deu por encerrada a sessão pelas 22 horas e 15 minutos, tendo sido lavrada a presente ata, que depois de lida perante todos e depois de aprovada, vai ser assinada pelo Presidente, Vice-Presidente e Secretário da Mesa da Assembleia Geral. -  
-----

---

José António Godinho Lopes  
Presidente da Mesa da Assembleia Geral

---

Jaime Manuel Gonçalves Rosa  
Presidente da Mesa da Assembleia Geral

---

José António Lopes Tó  
Secretário da Mesa da Assembleia Geral